



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP  
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.7983/7910  
gabinete.prograd@ufabc.edu.br

**Ata nº 003/2014/Ordinária/CG**

1 Ata da III reunião ordinária da Comissão de Graduação (CG), realizada às catorze horas e  
2 dezessete minutos do dia três de abril de dois mil e catorze, na sala 312-1 do Bloco A da  
3 Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos Estados, 5001, Santo André, SP.  
4 A reunião foi presidida pelo Pró-Reitor de Graduação, Professor José Fernando Queiruga  
5 Rey, e contou com a presença dos seguintes membros: Alberto Sanyuan Suen, Vice-  
6 coordenador *pro tempore* do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Alexei  
7 Magalhães Veneziani, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Annibal Hetem  
8 Junior, Diretor do Centro de Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Carlos  
9 Alberto da Silva, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Elvira  
10 Rafikóva, Vice-Coordenadora do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e  
11 Robótica; Flamarion Caldeira Ramos, Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia;  
12 Gabriela Andrade da Silva, Representante técnico-administrativo; Giorgio Romano Schutte,  
13 Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Harki Tanaka,  
14 Coordenador do curso de Engenharia Biomédica; Jabra Haber, Coordenador do curso de  
15 Engenharia de Gestão; Jorge Costa Silva Filho, Suplente de representante discente; Juliana  
16 Cristina Braga, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; Karimi  
17 Caroline Gorri Taha, Representante discente; Luciano Soares da Cruz, Coordenador do curso  
18 de Bacharelado em Física; Luísa Helena dos Santos Oliveira, Vice-Coordenadora do Curso de  
19 Engenharia Ambiental e Urbana; Luís Fernando B. Martin, Coordenador do curso de  
20 Bacharelado em Filosofia; Luiz de Siqueira Martins Filho, Coordenador do Curso de  
21 Engenharia Aeroespacial. Marcelo Bussotti Reyes, Vice-diretor do Centro de Matemática,  
22 Computação e Cognição (CMCC); Marco Antônio Bueno Filho, Coordenador do curso de  
23 Licenciatura em Química; Marcos Vinicius Pó, Vice-Coordenador do curso de Bacharelado  
24 em Políticas Públicas; Maria Beatriz Fagundes, Coordenadora do curso de Licenciatura em  
25 Física; Mirian Pacheco Silva Albrecht, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências  
26 Biológicas; Paula Ayako Tiba, Coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência;  
27 Paula Homem de Mello, Vice-Diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH);  
28 Paula Rondinelli, Representante técnico-administrativo; Ricardo Suyama, Coordenador do  
29 curso de Engenharia de Informação; Ruth Ferreira Santos Galduroz, Coordenadora do curso  
30 de Licenciatura em Matemática; Silvana Maria Zioni, Coordenadora do curso de Bacharelado  
31 em Planejamento Territorial; Vanessa Elias de Oliveira, Pró-Reitora de Graduação Adjunta;  
32 Vani Xavier de Oliveira Junior, Coordenador do curso de Bacharelado em Química; Wesley  
33 Góis, Coordenador do curso de Bacharelado de Ciências e Tecnologia (BC&T). **Ausentes:**  
34 Cristina Autuori Tomazeti, Coordenadora do curso de Engenharia de Energia; **Ausências**  
35 **justificadas:** Arilson da Silva Favareto, Coordenador do curso de Bacharelado de Ciências e  
36 Humanidades (BC&H); Renata Ayres Rocha, Coordenadora do curso de Engenharia de  
37 Materiais; **Não votantes:** Karina Vieira dos Santos, Suplente de representante discente;  
38 Fernando Protetti, Técnico em Assuntos Educacionais da Prograd; Geovane Oliveira de  
39 Sousa, Administrador da ARI; Leandro Sumida Garcia, Assistente em Administração da ARI;  
40 Leonel Sampaio, Economista da ProPlaDI; Luciana Martiliano Milena, Coordenadora dos  
41 Laboratórios Didáticos Úmidos; Maria Cristina Zomignan, Chefe Adjunta da Divisão  
42 Acadêmica (DAC); Paulo Luiz dos Reis, Assistente Administrativo da Divisão Acadêmica da

1 Prograd. **Apoio Administrativo:** Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em  
2 Administração da Pró-Reitoria de Graduação e M. Aparecida O. Ferreira, Secretária  
3 Executiva da Pró-Reitoria de Graduação. **Apoio Técnico:** Thiago Sales Barbosa, Assistente  
4 em Administração da Pró-Reitoria de Graduação. Havendo quórum legal, professor José  
5 Fernando cumprimentou a todos e abriu a sessão às catorze horas e dezessete minutos.  
6 **Informes da Presidência:** 1) Novos representantes dos Técnicos Administrativos e dos  
7 Discentes na CG. Informou sobre a eleição havida no dia vinte e cinco de março de 2014 e  
8 deu as boas vindas aos novos eleitos: Gabriela Andrade da Silva/Clarissa De Franco e Paula  
9 Rondinelli/Claudia de Oliveira Silva (representantes dos técnicos administrativos); Jordana  
10 Cristina Borges/Arruda Carnicelli Jorge Costa Silva Filho e Karimi Caroline Gorri  
11 Taha/Karina Vieira dos Santos (representantes dos discentes). 2) Emissão de documentos  
12 acadêmicos em inglês. Leandro informou que se iniciaram testes para emissão de  
13 documentos, preparação de matrículas e históricos escolares em inglês. Apresentou a relação  
14 de disciplinas traduzidas. Inicialmente será utilizada somente a língua inglesa. Professor José  
15 Fernando solicitou que sugestões fossem enviadas diretamente ao Leandro. 3) Relatório de  
16 planejamento de oferta de disciplinas e execução. Professor José Fernando apresentou o  
17 planejamento anual de disciplinas, informando que desde 2011 estão sendo planejadas as  
18 ofertas de disciplinas, executadas sempre no ano posterior. A média refere-se à graduação. O  
19 ano de 2012 foi o primeiro em que se publicou o planejamento anual de disciplinas, cuja  
20 execução foi completa. No primeiro ano de planejamento, o número de créditos médio por  
21 docente ficou estabelecido em 21,5, mas apurou-se a média de 17 créditos. O planejado em  
22 2012 foi de 20,28, e o executado, em 2013, foi a média de 16 créditos. O número de créditos  
23 planejados vem diminuindo, mas a execução mantém-se na mesma ordem de grandeza. Foi  
24 feita uma comparação do planejado para 2014 com o ofertado e executado em 2013. Com o  
25 tempo, chegou-se a um número de 16 créditos por docente, na graduação. Separou-se por  
26 curso, também, o que cada um planejou e executou. Professor José Fernando informou haver  
27 um estudo detalhado, e as informações estão disponíveis para quem quiser utilizá-las no  
28 planejamento do próximo ano, a ser entregue em setembro. Os demais dados sobre o número  
29 de alunos matriculados nas disciplinas e cancelamentos precisam ainda de análises antes de  
30 ser disponibilizados. 4) Participação da UFABC no ENADE 2014 e Seminários ENADE. O  
31 servidor Fernando Protetti apresentou um quadro geral, explicando o que é o ENADE e seus  
32 procedimentos. Informou que a UFABC recebeu um ofício do MEC sobre os Seminários  
33 2014, que têm por objetivo dar uma ideia geral do que acontecerá este ano em relação ao  
34 ENADE. Há duas vagas para participação neste seminário, uma para o coordenador  
35 institucional, já definida, e a outra para um coordenador de curso ou outra pessoa, a definir.  
36 Professora Vanessa sugeriu, pelo conhecimento do assunto, a participação de um servidor da  
37 Prograd, com o compromisso de se reunir com os coordenadores envolvidos com o ENADE  
38 para explicação do processo. Indicou-se o nome do Fernando Protetti. 5) Avaliação in loco do  
39 processo de credenciamento da UFABC, dias 05 a 07 de maio de 2014. Leonel Sampaio  
40 comunicou que, em 2013, a UFABC recebera um comunicado para abrir um processo de  
41 credenciamento pelo MEC, e recentemente houve a confirmação da avaliação *in loco*.  
42 Explicou que o MEC agendou uma reunião com os docentes da Universidade para o dia 05 de  
43 maio, às catorze horas, e seria importante a presença dos coordenadores de curso, dos  
44 representantes do ConsEPE, do ConsUni e dos docentes envolvidos. Mencionou também a  
45 reunião com os discentes, para a qual a Propladi enviará convite à Atlética, ao DCE e aos  
46 representantes discentes do ConsEPE e ConsUni. Haverá visitas dos avaliadores aos Centros,  
47 laboratórios, setores administrativos, biblioteca etc. Citou a documentação solicitada aos

1 docentes e as etapas para o recredenciamento. Professor José Fernando ressaltou a  
2 necessidade do trabalho em conjunto e do estabelecimento de uma agenda de trabalho. 6)  
3 Filmagem. Professor José Fernando destacou que esta reunião da CG não estava sendo  
4 filmada pelo fato de que o número de acessos às sessões vem se mostrando muito pequeno.  
5 Assim, a filmagem das sessões da CG encontra-se temporariamente suspensa. **Informes dos**  
6 **membros**: 1) Professor Luiz Martins perguntou sobre a transferência das engenharias para o  
7 Câmpus São Bernardo. Fernando Protetti respondeu que ainda estão aguardando posição do  
8 MEC. 2A) Professor Wesley deu as boas vindas aos novos membros da Comissão de  
9 Graduação. Salientou que o trabalho da CG é intenso, mas muito interessante; e que a CG é  
10 um espaço importantíssimo para decisões que impactam a vida de todos. 2B) Com referência  
11 à alocação de 2014.2 das disciplinas obrigatórias do BC&T, comunicou que o planejado está  
12 bem próximo do executado, seguindo os estudos apresentados pelo Professor José Fernando.  
13 Destacou que mesmo com o planejamento de 2014 otimizado (com redução de carga didática  
14 nas disciplinas obrigatórias do BC&T), para o segundo quadrimestre, ainda faltam professores  
15 para algumas disciplinas (Projeto Dirigido – 3 turmas, Base Experimental das Ciências  
16 Naturais – 11 turmas e Ciência, Tecnologia e Sociedade – 2 turmas). Solicitou à CG a  
17 publicitação dos nomes dos professores da graduação e sua carga didática em relação às  
18 disciplinas ministradas, para se visualizar a alocação exata dos docentes. Professor José  
19 Fernando informou haver essa lista, porém deve-se verificar a legalidade dessa divulgação.  
20 2C) O Bacharelado em Ciência e Tecnologia realizou seis encontros temáticos em que foi  
21 discutida, relacionada aos eixos do BC&T, a proposta de revisão do projeto pedagógico do  
22 curso. Nesses seminários foram formados grupos para avaliações em relação ao apresentado  
23 nesses eixos. Reforçou o convite ao CECS para participação das discussões dos eixos  
24 “Representação e Simulação” e “Estrutura da Matéria”, pois seus componentes curriculares,  
25 em especial, impactam a formação dos egressos de Engenharia, e a comissão constituída para  
26 esses eixos não tem representante do CECS. 2D) Quanto ao feriado em Santo André, no dia  
27 oito de abril, lembrou que o calendário acadêmico fora unificado, sendo as aulas suspensas  
28 nos Câmpus Santo André e São Bernardo. No entanto, alunos de São Bernardo informaram  
29 haver professores que ministrarão aulas normalmente. A Pró-Reitoria de Graduação enviará  
30 comunicado aos docentes, notificando a suspensão das aulas em São Bernardo do Campo em  
31 tal data. As demais atividades terão expediente normal nesse câmpus. 3) Professor Jabra  
32 propôs o adiamento da reunião extraordinária da CG do dia 17 de abril, por ser véspera de  
33 feriado e haver o risco de falta de quórum. Professor José Fernando informou que a reunião  
34 seria mantida devido ao calendário anual de reuniões. 4) Professor Giorgio, relator do item  
35 quatro da ordem do dia, em razão de compromisso em São Bernardo do Campo, solicitou a  
36 passagem desse item para o item 2 da OD. Proposta secundada e aprovada por unanimidade.  
37 **Ordem do dia**: 1) Ata nº 002/2014, da II sessão ordinária, de 13 de março de 2014. Professor  
38 José Fernando abriu espaço para comentários e sugestões. Sem comentários, colocou o  
39 documento em votação, sendo aprovado com duas abstenções. 2) Homologação da minuta de  
40 resolução de credenciamento e descredenciamento de professores do Bacharelado em  
41 Políticas Públicas. Professor Giorgio Romano apresentou seu relato: “*A resolução da*  
42 *Comissão de Graduação nº 02 de 20 de março de 2012 estipula no seu art. 3º que caberá às*  
43 *Coordenações de Curso estabelecer critérios para o credenciamento e o descredenciamento*  
44 *e, no início do § 1º desse mesmo artigo, que os critérios para cursos de formação específica*  
45 *deverão ser submetidos ao Conselho de Centro para aprovação e, posteriormente, à*  
46 *Comissão de Graduação para homologação. 2. Ou seja, sendo a proposta de resolução já*  
47 *aprovada no âmbito do curso e do centro, cabe ao CG somente homologar a mesma. 3. A*

1 *proposta está de acordo com as normas das resoluções ConsUni nº 47 e do ConsEPE nº 74 e*  
2 *da CG nº 2. Portanto, recomendo a sua homologação. 4. Aproveito para sugerir que em*  
3 *futuros casos de processos de homologação estes sejam encaminhados logo para a ordem do*  
4 *dia, sem necessidade de um parecer.” Professor José Fernando abriu espaço para comentários*  
5 *e sugestões. Sem comentários, colocou o documento em votação, sendo aprovado por*  
6 *unanimidade. 3) Homologação da Portaria que regulamenta o acesso aos laboratórios*  
7 *didáticos de graduação da UFABC. Professor Wesley Gois apresentou seu relato: “Contexto e*  
8 *Histórico: Luciana Martiliano Milena apresentou, no expediente da primeira sessão*  
9 *ordinária de 2014 da Comissão de Graduação (CG), a primeira formatação da proposta de*  
10 *Portaria que regulamentará o acesso aos laboratórios didáticos da UFABC. Durante a*  
11 *discussão, alguns membros da CG fizeram colocações para melhoria da proposta original e*  
12 *que foram acatadas pela proponente da proposta. Esse mesmo assunto continuou, como*  
13 *expediente, na segunda sessão ordinária de 2014 da CG, mas como todas as colocações*  
14 *feitas durante a primeira sessão ordinária de 2014 da CG já estavam pautadas no texto, não*  
15 *houve discussão. Avaliação: O texto atual da proposta de portaria que regulamentará o*  
16 *acesso aos laboratórios didáticos da UFABC contempla todas as*  
17 *recomendações/observações dos membros da CG pontuadas, respectivamente, nas reuniões*  
18 *da CG, apresentadas no Contexto Histórico desta relatoria. A única recomendação é mudar*  
19 *a data de nomeação do Pró-reitor de Graduação, já que no final da proposta quem vai*  
20 *assinar é o atual Pró-reitor de Graduação. Conclusão: O relator é favorável à aprovação do*  
21 *documento como apresentado, observando-se a única recomendação.” Karimi questionou o*  
22 *prazo de cinco dias úteis para agendar atividades não programadas, os horários de acesso e a*  
23 *disponibilização dos laboratórios como salas de estudo. Luciana respondeu que depende do*  
24 *caráter da utilização. O prazo, horário e disponibilização foram pensados para que houvesse*  
25 *suporte adequado na preparação e utilização dos laboratórios. Professor Wesley considerou*  
26 *que a demanda dos alunos ocorre principalmente em relação aos laboratórios de informática,*  
27 *para que haja softwares adequados e espaço de estudo. Relatou também que os alunos tem*  
28 *muita dificuldade em encontrar o professor responsável para autorização do uso de um*  
29 *laboratório. José Fernando afirmou que o estabelecimento de um tempo prévio para liberação*  
30 *de um laboratório vai ao encontro do pressuposto de que é necessário planejamento para se*  
31 *fazer experimentos, visto que não se têm condições de executá-los sem preparação.*  
32 *Esclareceu que o espaço de estudo é outra questão, não devendo ser regulada nesse*  
33 *documento. Karina expôs haver uma restrição para o uso comum dos laboratórios de*  
34 *informática. No Câmpus São Bernardo, há apenas um laboratório nessa condição, ficando*  
35 *superlotado em época de prova. Camilo esclareceu que o laboratório em questão foi*  
36 *disponibilizado para ser utilizado como sala de estudo de forma excepcional, devido à falta*  
37 *desses espaços. Ainda que inapropriado, pois os laboratórios de informática são próprios para*  
38 *aulas, essa disponibilização foi uma recomendação do Grupo de Trabalho Sala de Estudos,*  
39 *criado pelo CETIC. As salas de estudo estão previstas para o câmpus São Bernardo, no Bloco*  
40 *Alfa 2, e ficarão acessíveis permanentemente. Professor Marcelo Bussoti ressaltou que o*  
41 *prazo de cinco dias úteis para agendar atividades seria excessivo, especificamente por não se*  
42 *prever casos emergenciais. Camilo explicou ser esse o prazo ideal, porém, havendo*  
43 *disponibilidade, os técnicos realizam atendimento, sem restrição; mas têm primazia sobre o*  
44 *uso dos laboratórios as atividades didáticas e as agendadas. Dispôs-se a estudar propostas de*  
45 *outros prazos Professor José Fernando sugeriu colocar um complemento na redação,*  
46 *salientando a disponibilidade dos laboratórios quando houver equipe técnica e não houver*  
47 *atividades programadas. Karimi questionou o trâmite para autorização do uso dos laboratórios*



1 aos alunos, afirmando que o processo de permissão é burocrático. Camilo responde tratar-se  
2 de uso de patrimônio, o qual deve passar por etapas, como comunicar a segurança e contatar  
3 um professor responsável. Professor José Fernando relevou que pode ser necessário tornar  
4 esse processo de agendamento mais ágil, porém é imprescindível haver um procedimento  
5 formal, devido à responsabilização sobre o espaço e o patrimônio. Jorge sugeriu que alguém  
6 da Prograd tivesse a competência de autorizar o uso dos laboratórios. Professor José Fernando  
7 respondeu que a CLD possui tal competência e reiterou que a questão de espaço de estudo  
8 deve ser distinta. Sugeriu que os discentes trouxessem um pedido formal em relação a essa  
9 questão, para que a Prograd conseguisse tentar viabilizar um meio de atender parcialmente  
10 essa demanda até que os espaços adequados sejam finalizados. Professora Vanessa expôs a  
11 proposta de acréscimo: *“Havendo disponibilidade do laboratório didático e da equipe*  
12 *técnica, atividades que não requeiram preparação poderão ser atendidas”*. Sem mais  
13 comentários, professor José Fernando colocou o documento com o acréscimo em votação,  
14 sendo aprovado por unanimidade. 4) Resolução que aplica normas de convalidação de  
15 disciplinas aos Projetos Pedagógicos de 2012 do Bacharelado em Matemática e de 2013 das  
16 Engenharias. Professor Luciano Cruz apresentou seu relato: *“Esta nova resolução trata da*  
17 *reafirmação de parte da resolução CONSEPE 157, que regulamenta o processo de*  
18 *convalidação entre disciplinas internas nos cursos de graduação da UFABC. Em especial, se*  
19 *busca que o Art. 8 da CONSEPE 157 (“As regras de convalidação de disciplinas, propostas a*  
20 *partir desta data, valerão para todos os cursos de graduação, em ambos os sentidos: da*  
21 *nova para a antiga versão da disciplina e vice-versa”) seja acatado e que aluno algum seja*  
22 *prejudicado nos casos de decisões sobre convalidações anteriores à CONSEPE 157. Entre*  
23 *estes casos, temos as resoluções que aprovaram os novos projetos pedagógicos do*  
24 *Bacharelado em Matemática (CONSEPE 144) e das Engenharias (CONSEPE 148).*  
25 *Portanto, esta resolução tem como principal objetivo sanar possíveis conflitos entre as*  
26 *propostas de convalidação dos projetos pedagógicos citados e a resolução CONSEPE 157,*  
27 *de modo a garantir que as convalidações sejam sempre “em ambos os sentidos” e que*  
28 *nenhum estudante seja “prejudicado” devido ao não cumprimento deste ponto. Sobre os*  
29 *artigos apresentados na resolução: Art. 1 – Afirma que as convalidações definidas nas*  
30 *resoluções CONSEPE 144 e 148 devem ser aplicadas em “ambos os sentidos”, como*  
31 *definido no Art. 8 da resolução 157. Art. 2 – Afirma que se algum discente se sentir*  
32 *prejudicado pelo Art. 1, este poderá solicitar recurso junto a Secretaria Acadêmica. Art. 3 –*  
33 *Afirma que esta resolução entra em vigor quando publicada no boletim de serviço. Deve-se*  
34 *atentar para o Art. 2, que soa vago quanto ao que se refere sobre “o aluno se sentir*  
35 *prejudicado” e quais ações específicas este pode pleitear junto à Secretaria Acadêmica. A*  
36 *convalidação entre disciplinas é uma questão técnica que leva em conta os atributos (carga*  
37 *didática, ementa, etc.) da disciplina antiga e da nova. Portanto, deve estar claro aos*  
38 *discentes que as reivindicações devem estar pautadas por justificativas técnicas também*  
39 *baseadas nos atributos das disciplinas e devidamente documentadas.”* Maria Cristina  
40 explicou que essas convalidações foram aprovadas antes da Resolução ConsEPE nº 157, que  
41 regulamentou o processo de convalidação de disciplinas internas nos cursos de graduação da  
42 UFABC. Como a regulamentação não teve efeito retroativo, a intenção é fazer com que  
43 algumas disciplinas dos projetos pedagógicos dos cursos em questão possam ser convalidadas  
44 no sistema, visto que muitos alunos não estão conseguindo integralizar seus créditos por causa  
45 disso. Sem comentários ou sugestões, professor José Fernando colocou o documento em  
46 votação, sendo aprovado com uma abstenção. **Expediente:** 1) Apresentação de 14 recursos  
47 dos alunos com matrícula bloqueada em 14/01/2014, a fim de que seja nomeada a comissão

1 para analisar estes recursos, conforme previsto na resolução ConsEPE nº166. Maria Cristina  
2 explicou que a Resolução ConsEPE nº 166 normatiza o desligamento dos alunos por decurso  
3 dos prazos máximos para progressão e integralização nos cursos de graduação. Em seu Art.  
4 8, § 2º, “O recurso (contra os desligamentos) será julgado por comissão mista, composta  
5 pelo menos por um docente, um técnico-administrativo e um discente, selecionados dentre os  
6 membros da Comissão de Graduação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias letivos após sua  
7 nomeação, e o resultado será publicado no Boletim de Serviço da UFABC, sem possibilidade  
8 de novo recurso”. Por isso, é preciso nomear a comissão mista para julgar os recursos,  
9 conforme prescreve essa norma. Professor José Fernando abriu espaço para que os voluntários  
10 a participarem dessa comissão se manifestassem. Após as manifestações, essa comissão terá  
11 em sua composição os seguintes membros da CG: Clarissa De Franco, representante TA,  
12 Karina Vieira dos Santos, representante discente e Luciano Cruz, representante docente. 2)  
13 Proposta de Resolução que regulamenta a aplicação de avaliação substitutiva nos cursos de  
14 Graduação da UFABC e Proposta de Resolução que regulamenta a aplicação de Exame de  
15 Recuperação (ER) nos cursos de Graduação da UFABC. Paulo Reis fez um breve histórico e  
16 apresentou seu relato: “Justificativas para normatização desses instrumentos: 1) “PDI  
17 2013/2022: “A UFABC tem como fundamentos básicos a interdisciplinaridade, a excelência  
18 e a inclusão social”. No PNE (Plano Nacional de Educação) consta como meta a diminuição  
19 da taxa de evasão e aumento da taxa de sucesso no Ensino Superior (Estratégia 12.3/PNE). A  
20 evasão na UFABC está perto de 20% (18, 7%); Diligência do Ministério da Educação:  
21 Processo de Recredenciamento nº 201307649: Descrever os procedimentos para verificação  
22 do rendimento escolar (condições de aprovação, formas de avaliação presencial e/ou a  
23 distância, peso da avaliação, periodicidade das atividades, desempenho mínimo), bem como  
24 a possibilidade de recurso e aplicação de provas substitutivas e recuperação. (caracteriza  
25 uma cobrança do MEC à UFABC). 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ( LEI  
26 Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996): Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino,  
27 respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: V -  
28 prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; Art. 13º. Os docentes  
29 incumbir-se-ão de: IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor  
30 rendimento; Histórico do GT que elaborou essas propostas de resolução: O GT em questão  
31 foi instituído pela Portaria Nº 16 de 12/08/2013, cuja publicação se deu no “Boletim de  
32 Serviço” nº 300, de 16 de agosto de 2013, com prazo de duração de 60 dias. Foi prorrogado  
33 por mais 60 dias, indo seus trabalhos até 12/12/2013 (conforme Portaria Nº 27, datada de 23  
34 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviços nº 320, de 25 de outubro de 2013).  
35 Pontos principais das propostas de resolução: RESOLUÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO  
36 SUBSTITUTIVA: O aluno apresenta justificativa ao docente em até 7 (sete) dias úteis após a  
37 data da avaliação perdida. Documentos comprobatórios: Atestado médico em caso de  
38 doença ou acidente incapacitante; aluna gestante; Atestado de óbito de parentes de primeiro  
39 grau; Boletim de Ocorrência Policial) e/ou declaração de obrigações legais, como, por  
40 exemplo, convocação para júri, audiências judiciais, intimação policial para  
41 comparecimento, serviço militar; participação em eventos oficiais representando a UFABC e  
42 reconhecidos pela mesma. Art. 3º O conteúdo da avaliação substitutiva será o mesmo da  
43 avaliação perdida, e sua duração e critérios de correção serão idênticos aos da original. Art.  
44 4º Exceto em casos de anuência dos envolvidos, a avaliação substitutiva deverá ser realizada  
45 em período letivo. RESOLUÇÃO SOBRE EXAME DE RECUPERAÇÃO: Lei 9.394/1996  
46 (LDB), art. 12, inciso V e art. 13, inciso IV: “Os estabelecimentos de ensino terão a  
47 incumbência de - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”. O ER

1 *é p/ alunos reprovados com F (ou aprovados com D se o aluno desejar e se o docente*  
2 *aceitar). Para cada quadrimestre letivo é permitido um único ER por disciplina. O conteúdo*  
3 *do ER pode ou não abranger todo o conteúdo da disciplina, a critério do docente*  
4 *responsável. Ao aluno que fizer o ER de uma disciplina, o docente responsável deverá lançar*  
5 *o conceito I (incompleto) e depois substituí-lo pelo conceito obtido no ER, no período de*  
6 *lançamento de conceitos do quadrimestre subsequente.”* Em seguida, leu e explicou as duas  
7 propostas de resolução. Professor Luís Fernando parabenizou pelas resoluções, que estão bem  
8 completas. Pediu esclarecimento sobre a resolução de exame de recuperação, quanto ao Art  
9 1º, §1º. Citou o exemplo de o aluno perder uma avaliação e sua nota cair. Nesse exemplo, o  
10 docente não teria direito ao ER. Paulo Reis respondeu que conceder o ER pode ficar a critério  
11 do docente, caso a falta do aluno não se enquadre nos casos previstos que ensejam direito à  
12 prova substitutiva. Professor José Fernando sugeriu rever a redação deste item, pois não está  
13 claro os procedimentos possíveis em situações não previstas. Professor Annibal fez algumas  
14 observações: 1) substitutiva e ER podem se confundir em algumas disciplinas, visto que em  
15 várias delas se trabalha com diversas avaliações práticas de experiências em laboratórios; 2)  
16 uma avaliação não é necessariamente uma prova, devendo-se debruçar primeiro sobre  
17 conceito do que possa ser uma avaliação; 3) sugeriu a retirada do seguinte trecho do Art 1º,  
18 §1º “*podendo tratar-se de caso de Avaliação Substitutiva, normatizada por outra Resolução*”;  
19 4) questionou se deverá haver pedido formal para ter direito a esses instrumentos e a quem  
20 caberá recurso. A resolução deveria prever isso; 5) questionou a atribuição ao coordenador de  
21 disciplina de estipular o cronograma de avaliações substitutivas e ER. Professor José  
22 Fernando afirmou que as sugestões manifestadas pelos membros podem ser incorporadas ao  
23 documento. Professor Jabra ressaltou que coordenador de disciplina é uma função rotativa,  
24 dificultando o cumprimento de se estipular o cronograma de aplicação desses instrumentos.  
25 Questionou se o aluno que estiver em aula no horário marcado para um desses instrumentos  
26 terá sua falta abonada. Interrogou acerca da operacionalidade dessa questão nos casos em que  
27 os alunos tiverem direito a esses instrumentos em muitas disciplinas, concomitantemente.  
28 Professor José Fernando ponderou não ser possível contemplar soluções para todas as  
29 possíveis dificuldades na implantação desses instrumentos. O documento precisa estabelecer  
30 uma normatização factível possibilitando uma boa execução. Gabriela fez as seguintes  
31 sugestões: 1) o ER não precisa ser um exame necessariamente, podendo ser designado como  
32 avaliação; 2) não limitar a um o número de ER, deixando a critério do docente; 3) não  
33 estabelecer data unificada para a aplicação do ER; 4) o fluxo de solicitação do ER deveria ser  
34 feito via secretaria acadêmica; 5) deixar o conceito D ou F no histórico do aluno dificulta a  
35 avaliação da necessidade de acompanhamento aos alunos pela Divisão de Ensino e  
36 Aprendizagem Tutorial (DEAT) da Prograd e da ProAP. Sugeriu que se deixasse o conceito I,  
37 em vez de D ou F. Karimi sugeriu divulgar o conteúdo do ER antecipadamente aos alunos,  
38 dando-lhes tempo de se preparar devidamente para a avaliação. Professor Luiz Martins  
39 alertou que o sistema de conceitos se utiliza de critérios de avaliação complexos, não sendo  
40 correlato ao conceito apresentado de ER no texto da proposta de resolução. Sugeriu que o ER  
41 ocorresse na última semana do quadrimestre e que houvesse uma semana específica para  
42 aplicação de ER, antes do quadrimestre seguinte. Professor Wesley ressaltou não ser possível  
43 dedicar tempo para ER fora do quadrimestre enquanto houver o calendário de reposição de  
44 greve. Além disso, é importante haver divulgação dos planos de ensino, proporcionando  
45 transparência e objetividade nos critérios de avaliação. Professor Alexei não acredita que  
46 avaliação substitutiva e ER dentro de um sistema quadrimestral resultem em mudanças no  
47 aproveitamento acadêmico dos alunos. Devem-se criar mecanismos para o cumprimento da

1 lei existente, apenas. Professor Luís Fernando fez as seguintes sugestões: 1) a avaliação  
2 substitutiva poderia ser aplicada no início quadrimestre seguinte; 2) a competência para  
3 definir e divulgar a data de realização do ER não precisa ser restrita ao coordenador de  
4 disciplina, podendo um professor que a ministre se valer dessa competência. Opinou que a  
5 postergação na execução do ER, na área de humanas, faz diferença no aproveitamento  
6 acadêmico dos discentes. Professor Luciano fez os seguintes apontamentos: 1) seria inviável  
7 marcar uma data unificada no meio do quadrimestre; 2) deveria se estabelecer uma semana  
8 específica para aplicação do ER; 3) ) o aluno aprovado no ER deveria ficar somente com  
9 conceito C, no máximo. Professora Vanessa sugeriu que a avaliação substitutiva não fosse  
10 aplicada somente nos casos de enquadramento nos requisitos legais, mas também pudesse  
11 ficar a critério do professor, em vista da amplitude de meios e formas de avaliação. Endossou  
12 a opinião dos colegas a respeito da necessidade de se discutir melhor o calendário para a  
13 aplicação de ER. Professor Annibal sugeriu que se incluíssem na ementa das disciplinas os  
14 critérios de aplicação de avaliação substitutiva e ER, cumprindo assim a exigência legal.  
15 Gabriela opinou que o conceito do ER deveria ser mantido, independentemente de qual seja,  
16 visto que os conceitos influenciam diretamente os coeficientes de desempenho. Paulo teceu os  
17 seguintes comentários: 1) não haverá unanimidade, ainda que as discussões se prolonguem.  
18 Em vista disso, alguns terão de acatar opiniões diversas; 2) os docentes primeiramente são  
19 servidores públicos e precisam cumprir a lei; 3) estipular um prazo para término das  
20 discussões: junho de 2014, porque a UFABC precisa ter essa normatização; 4) é pertinente a  
21 retirada de termos que restrinjam condições de aplicação desses instrumentos. Professora  
22 Paula Tiba afirmou ser inviável se chegar a um consenso, mesmo após os trabalhos do GT  
23 que desenvolveu essas propostas e das discussões havidas. Solicitou que todos deem  
24 sugestões e que os coordenadores apresentem propostas concretas de alteração. Pediu que os  
25 docentes de disciplinas cujas avaliações apresentassem caráter mais prático e empírico deem  
26 sugestões. Ressaltou que os sábados são dias letivos, havendo menos disciplinas alocadas  
27 nesse dia. Ponderou que, se um aluno falta no dia da entrega de avaliação, é diferente de faltar  
28 à avaliação. Sugeriu fazer constar do histórico a distinção de que certo conceito foi obtido em  
29 ER. Professor José Fernando pediu que as sugestões fossem encaminhadas previamente por  
30 escrito, para serem incorporadas nas propostas de resolução, tornando a discussão na próxima  
31 reunião da CG mais objetiva. Para nortear, será estabelecida uma data limite para receber os  
32 comentários. Como encaminhamento, professor José Fernando manteve o item no expediente  
33 da pauta da próxima sessão ordinária, inclusas as sugestões havidas nesta sessão e a serem  
34 enviadas pelos membros. Dado ao avançado das horas, encerrou a sessão às dezessete horas e  
35 nove minutos, da qual eu, Marcelo Sartori Ferreira, e M. Aparecida O. Ferreira, Secretários  
36 Executivos, lavramos esta ata, aprovada pelo Pró-Reitor de Graduação, professor José  
37 Fernando Queiruga Rey, e pelos demais presentes à sessão.-----

M.Aparecida O. Ferreira  
Secretária Executiva

Marcelo Sartori Ferreira  
Secretário Executivo

José Fernando Queiruga Rey  
Pró-Reitor de Graduação